



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI

N.º 3.168-A, DE 2004

(Do Sr. Odair)

Dispõe sobre a repactuação e alongamento das dívidas de micro e pequenas empresas contraídas ao amparo de programas governamentais; tendo parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, pela aprovação, com emendas (relator: DEP. ZICO BRONZEADO).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

S U M Á R I O

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio:

- parecer do relator
- complementação de voto
- emendas oferecidas pelo relator (2)
- parecer da Comissão
- voto em separado

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam autorizados a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito contratadas ao abrigo de programas governamentais no âmbito da União, observadas as seguintes condições:

I - repactuação, pelo prazo de até sessenta meses, tomando-se o saldo devedor atualizado pelos encargos contratados para situação de normalidade até a data da repactuação, incorporando-se os juros de que trata o inciso II, e calculando-se prestações, iguais e sucessivas, vencendo a primeira após sessenta meses da data da repactuação;

II - a partir da data da repactuação, as operações ficarão sujeitas à taxa efetiva de juros de cinco por cento ao ano;

III - os agentes financeiros terão até cento e oitenta dias, contados da publicação desta Lei, para formalização dos instrumentos de repactuação.

Art. 2º Os mutuários adimplentes que não optarem pela repactuação de que trata esta Lei farão jus a bônus de adimplência de cinco por cento sobre cada parcela vincenda, quando paga até o respectivo vencimento.

Art. 3º Cumpre aos agentes financeiros credores:

I - dar início, após decorridos cento e oitenta dias da publicação da regulamentação desta Lei, às providências relativas ao encaminhamento dos contratos em situação de inadimplência há mais trezentos e sessenta e cinco dias, não repactuados, para cobrança de créditos e sua inscrição em Dívida Ativa da União, observada a legislação em vigor;

II - informar, no prazo de até cento e oitenta dias após a data em que for publicada a regulamentação desta Lei, aos órgãos gestores dos programas de financiamentos e à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, os montantes envolvidos nas repactuações;

III - promover o cancelamento das informações referentes à inadimplência dos contratos repactuados fornecidas a bancos de dados, de cadastros e de proteção ao crédito.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

No ano passado os micro e pequenos produtores rurais foram beneficiados com o alongamento e repactuação de seus débitos. No nosso entendimento os micro e pequenos empresários do setor secundário e terciário também necessitam de benefício similar, para poderem sobreviver no adverso cenário econômico do Brasil caracterizado por recessão e taxas de juros absurdamente elevadas.

O projeto que ora propomos permite que micro e pequenos empresários adiram a uma repactuação das dívidas contraídas no âmbito de programas do governo federal, a qual resultaria em cinco anos de prazo para o início da amortização do montante repactuado. Este prazo dar-lhes-ia tranquilidade para gerir os respectivos negócios, evitando-se o fechamento de muitos empreendimentos pelo simples motivo de estarem inadimplentes com financiamentos anteriormente tomados, sejam para implantação ou para capital de giro. Destaque-se que, entre as obrigações a serem observadas pelas instituições financeiras, introduzimos a retirada das informações negativas feitas nos bancos de dados de cadastro e de proteção ao crédito, afim de que as empresas que aderirem ao repactuação possam contrair novos empréstimos.

Contamos com o apoio e aprimoramento do presente projeto de lei, pelo que representa para a economia nacional o importante segmento de micro e pequenas empresas.

Sala das Sessões, em 17 de março de 2004.

Deputado Odair

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

I – RELATÓRIO

O projeto de lei em tela objetiva autorizar a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito contratadas por micro e pequenas empresas ao abrigo de programas governamentais no âmbito da União. Propõe prazo de até 60 meses para que a repactuação se dê, ficando as operações sujeitas à taxa efetiva de juros de cinco por cento ao ano.

Adicionalmente, prevê que os mutuários adimplentes que não optarem pela repactuação farão jus a bônus de adimplência de cinco por cento sobre cada parcela vincenda. Caberia aos agentes financeiros credores dar início ao encaminhamento para inscrição em Dívida Ativa da União dos contratos em situação de inadimplência há mais de 365 dias e não repactuados. Caber-lhes-ia, ainda, informar aos órgãos gestores dos programas de financiamento e à Secretaria do Tesouro Nacional os montantes envolvidos nas repactuações.

No prazo regimental de 5 sessões, não foram apresentadas emendas. Além desta Comissão, a proposição tramitará pela Comissão de Finanças e Tributação e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A estagnação econômica pela qual o Brasil vem passando nos últimos 25 anos aflige a todos. O desemprego, todos sabemos, atinge patamares muito acima dos razoáveis. As consequências são a desintegração social, a desesperança, a fragmentação do País. Entre as causas do problema, destacam-se as elevadas taxas de juros e a escassez de crédito.

A gravidade dos problemas tem ensejado muitas propostas legislativas, algumas viáveis, enquanto outras, a despeito dos melhores propósitos de seus autores, introduzem novos problemas, talvez mais graves do que aqueles

que pretenderiam solucionar. Tal parece ser o caso da proposição em análise, do ilustre Deputado Odair.

Repactuações de dívidas com juros favorecidos não são neutras do ponto de vista distributivo. O pagamento de dívidas com prazos dilatados e com taxas de juros abaixo das do mercado implica subsídios para determinado setor da economia. Subsídios, por óbvio, são pagos por alguém. No caso, por toda a sociedade brasileira, pois, como se sabe, o governo não fabrica dinheiro, mas o obtém mediante tributos e o transfere por meio de serviços públicos, de obras de infra-estrutura etc.

O mesmo caso se dá nas propostas de isenção tributária. É natural que todos queiram pagar menos impostos. Aumentar a própria renda disponível é, em regra, um objetivo geral. Obviamente que se todos pagam menos, sobram menos recursos para saúde, para educação, enfim, para todas as áreas de atuação governamental. Isso não quer dizer que não se deva, eventualmente, favorecer determinado setor. Apenas, que isso deve se dar de forma extremamente cuidadosa, porque envolve custos .

As micro e pequenas empresas têm obtido, de forma correta, tratamento favorecido no Brasil. Tal é o caso do SIMPLES, do Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, entre outras medidas. No momento, a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa está sendo discutida no âmbito do Poder Executivo e tramitará no Congresso Nacional, devendo trazer novos benefícios para esse porte de empresa. É fundamental que se reduza a burocracia, a taxa de juros, a carga tributária, que se amplie o crédito, entre outros obstáculos que precisam ser removidos para o pleno desenvolvimento do setor privado brasileiro. Tudo isso de forma concertada, para que não se produzam efeitos negativos sobre outras áreas.

O projeto de renegociação de dívidas nos parece, pois, inadequado. O País tem que caminhar para a melhoria do ambiente macroeconômico, de estímulo aos investimentos produtivos e de redução das taxas de juros. Só assim o País voltará a crescer e gerar os empregos de que tanto precisa.

Ante o exposto, **votamos pela rejeição do Projeto de Lei nº 3.168, de 2004.**

Sala da Comissão, em 21 de outubro de 2004.

Deputado Zico Bronzeado

Relator

COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO

Na reunião do dia 17 de outubro de 2004, apresentamos parecer pela rejeição da proposição em tela. Na ocasião, consideramos que a proposta de repactuação de dívidas contida no projeto poderia ter impactos econômicos não desejáveis. Contudo, no decorrer das discussões, os demais membros da Comissão ponderaram alguns aspectos que nos fizeram refletir mais profundamente sobre o assunto. Particularmente relevantes foram as duas modificações propostas pelo Deputado Léo Alcântara, em seu voto em separado, ao estabelecer prazos de pagamento mais razoáveis dos que os termos originalmente apresentados.

Deste modo, acreditamos que, com a adoção das duas emendas que ora propomos, o projeto passaria a contribuir de forma positiva para a reestruturação dos débitos de micro e pequenas empresas, sem que fique configurado um favorecimento incompatível com a boa gestão dos recursos das instituições financeiras envolvidas na operação.

Face ao exposto, **votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.168, de 2004, com as duas emendas em anexo.**

Sala da Comissão, em 17 de novembro de 2004.

Deputado Zico Bronzeado

Relator

EMENDA Nº 1

Dê-se nova redação ao *caput* do art.1º.

Art. 1º Ficam autorizados a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito contratadas por microempresas e empresas de pequeno porte ao abrigo de programas governamentais no âmbito da União, observadas as seguintes condições:

Sala da Comissão, em 17 de novembro de 2004.

Deputado Zico Bronzeado
Relator

EMENDA Nº 2

Suprima-se, no inciso I do art. 1º, após “vencendo a primeira”, a expressão “sessenta meses”

Sala da Comissão, em 17 de novembro de 2004.

Deputado Zico Bronzeado
Relator

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou unanimemente, com emendas o Projeto de

Lei nº 3.168/2004, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Zico Bronzeado, que apresentou Complementação de Voto. O Deputado Léo Alcântara apresentou voto em separado.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Gonzaga Mota - Presidente, Dr. Benedito Dias e Reginaldo Lopes - Vice-Presidentes, Durval Orlato, Edson Ezequiel, Fernando de Fabinho, Jorge Boeira, Léo Alcântara, Lupércio Ramos, Nelson Marquezelli, Osório Adriano, Reinaldo Betão, Ronaldo Dimas, Vittorio Mediolì, Delfim Netto, Giacobbo, Jairo Carneiro, Luiz Bittencourt, Zico Bronzeado.

Sala da Comissão, em 17 de novembro de 2004.

Deputado REGINALDO LOPES Presidente em
exercício

VOTO EM SEPARADO DO DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA

O Projeto em tela trata de assunto de grande interesse para o País. O endividamento das empresas, notadamente das micro e pequenas, é um grave problema que dificulta o pleno desenvolvimento dos negócios. A proposição refere-se especificamente à repactuação e alongamento de dívidas contratadas ao abrigo de programas governamentais no âmbito da União. Não se especifica o montante, nem quanto isso representa no endividamento total das empresas, mas acreditamos que os valores devam ser relativamente importantes.

Não concordamos, pois, com a rejeição pura e simples da proposição, caminho seguido pelo ilustre relator, Deputado Zico Bronzeado. Sugerimos duas pequenas modificações, de forma a ajudar a viabilizá-lo. No inciso I do art. 1º, propomos redação que fixe o início do pagamento para imediatamente após o prazo de repactuação, assentado em 60 meses. Na redação original, poder-se-ia interpretar que o início do pagamento só se daria 60 meses após a repactuação, isto é, o prazo entre o início da repactuação e o início do pagamento seria de 120 meses.

Observamos ainda que, embora a ementa da proposição se refira às micro e pequenas empresas, a parte normativa não menciona esse porte de empresa. É a outra alteração que entendemos como razoável. Propomos, assim, o seguinte texto, contendo modificações no *caput* do art. 1º e em seu inciso I:

*“Art. 1º Ficam autorizados a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito contratadas por **micro e pequenas empresas** ao abrigo de programas governamentais no âmbito da União, observadas as seguintes condições:*

I – repactuação, pelo prazo de até sessenta meses, tomando-se o saldo devedor atualizado pelos encargos contratados para situação de normalidade até a data da repactuação, incorporando-se os juros de que trata o inciso II, e calculando-se prestações, iguais e sucessivas, vencendo a primeira após a data da repactuação;”

Assim, **votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.168, de 2004, desde que constem as modificações acima.**

Sala da Comissão, em 9 de novembro de 2004.

Deputado Léo Alcântara

FIM DO DOCUMENTO
